



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

1ª NOTIFICAÇÃO E 1ª RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 162/2026 - COMPRASGOV N.º 90162/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de serviços de capina, roçagem e limpeza mecanizada e manual, sob demanda, destinados à manutenção, conservação e limpeza de áreas públicas, vias, equipamentos e demais espaços sob responsabilidade da Administração Pública, nas Regionais do Estado do Acre.

O Departamento de Licitações de Obras e Serviços de Natureza Especial - DEORB, comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.259, página 27, Jornal OPINIÃO, ambos do dia 05/05/2026 e Diário Oficial da União, Seção 3, nº. 85, do dia 08/05/2026, e ainda nos sítios: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e <https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** e **RETIFICA**, conforme abaixo:

1. NOTIFICAÇÃO:

1.1. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO - EMPRESA A

A presente impugnação insurge-se contra a exigência de qualificação técnico-profissional prevista no instrumento convocatório, sustentando, em síntese, a necessidade de ampliação do rol de profissionais habilitados à responsabilidade técnica do objeto, mediante a inclusão do profissional Engenheiro Florestal, sob o argumento de que determinadas atribuições inerentes à sua formação guardariam pertinência com atividades de roçagem e manejo de vegetação abrangidas pela contratação. Em razão disso, requer a impugnante a revisão do edital, com a consequente ampliação da habilitação técnica exigida.

1.1.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (DERACRE)

A exigência de qualificação técnica foi estabelecida em estrita observância à natureza e às características do objeto contratado, consistente na execução de serviços de capina mecanizada e limpeza, vinculados à manutenção de infraestrutura viária, não abrangendo atividades inerentes à engenharia florestal.

Nesse contexto, considera-se adequada e suficiente a exigência de profissional legalmente habilitado, com atribuições compatíveis com o objeto, devidamente registrado no conselho profissional competente, notadamente engenheiro civil, detentor de atestado de responsabilidade técnica relativo à execução de serviços de características semelhantes.

Registre-se que a imposição de exigência específica de engenheiro florestal, desacompanhada de demonstração de pertinência técnica com o objeto da contratação, configuraria medida restritiva à competitividade, em afronta aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, que regem as contratações públicas.

1.2. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO - EMPRESA B

O Licitante infere que o DERACRE tratou uma contratação intensiva em mão de obra sendo como serviço comum de engenharia baseado apenas em composições referenciais, sem internalizar a Convenção Coletiva da categoria e sem parametrizar adequadamente a força de trabalho, o que, segundo o mesmo, tornaria o orçamento inexequível e propostas incomparáveis.

Em síntese antes de apresentar conclusão o Licitante requer:

- a) o recebimento e conhecimento da presente impugnação;
- b) a suspensão cautelar do certame até saneamento das irregularidades apontadas;
- c) a retificação do edital, Termo de Referência e planilhas orçamentárias para adequação integral à Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 e ao Termo Aditivo AC000004/2026;
- d) a inclusão expressa e obrigatória da observância da CCT e do Termo Aditivo nas planilhas de custos e formação de preços;
- e) a revisão integral das composições de mão de obra, com demonstração objetiva;
 - e.1) dos pisos salariais aplicáveis;
 - e.2) do auxílio alimentação;
 - e.3) dos encargos convencionais;
 - e.4) dos adicionais eventualmente incidentes;
 - e.5) da memória de cálculo da mão de obra;
- f) a republicação do edital com reabertura integral dos prazos legais
- g) subsidiariamente, não sendo acolhida a presente impugnação, requer sejam expressamente motivadas todas as razões técnicas e jurídicas do indeferimento, para fins de controle pelos órgãos competentes.

1.2.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (DERACRE)

Em análise ao mérito da impugnação, não se verifica a irregularidade apontada, uma vez que a modelagem adotada pela Administração mostra-se compatível com a natureza jurídica e técnica do objeto licitado, consistente na contratação de serviço comum de engenharia voltado à execução de serviços de capina mecanizada, roçagem, limpeza e conservação vinculados à infraestrutura viária, executados sob demanda e remunerados por medição de produtividade e quantitativos efetivamente executados, e não mediante disponibilização de postos fixos de trabalho ou dedicação exclusiva de mão de obra.

Nesse contexto, não se confunde a presente contratação com serviços continuados de asseio e conservação predial ou terceirização intensiva de mão de obra, razão pela qual não se mostra juridicamente impositiva a adoção da lógica de composição de custos própria de contratos de dedicação exclusiva de trabalhadores, tampouco a vinculação obrigatória da modelagem econômica do certame à Convenção Coletiva indicada pela impugnante.

Registre-se que a formação do orçamento estimativo observou metodologia tecnicamente idônea e amplamente reconhecida pela Administração Pública, mediante utilização de referenciais oficiais de custos de engenharia, notadamente SICRO e SINAPI, sistemas que contemplam parâmetros técnicos objetivos de produtividade, composição de equipes, encargos sociais, mão de obra, equipamentos e insumos, assegurando uniformidade metodológica, rastreabilidade dos custos e aderência às práticas consolidadas de contratação de serviços de engenharia.

Cumpra-se, ainda, que a Administração Pública não detém competência para definir ou impor, de forma abstrata e generalizada, o enquadramento sindical aplicável às relações privadas de trabalho mantidas pelos futuros contratados, competindo a cada licitante observar integralmente a legislação trabalhista, normas coletivas eventualmente incidentes e obrigações decorrentes de seu respectivo enquadramento econômico-profissional, sem prejuízo da responsabilidade contratual quanto à regular execução do objeto.

Ademais, não prospera a alegação de comprometimento do julgamento objetivo ou da comparabilidade das propostas, porquanto o certame estabelece parâmetros técnicos uniformes, quantitativos previamente definidos, critérios objetivos de medição e orçamento referencial estruturado a partir de composições padronizadas de engenharia, circunstâncias que asseguram plena isonomia competitiva, exequibilidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Decide-se por negar a presente impugnação, mantendo-se as presentes condições do certame inalteradas.

1.3. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO - EMPRESA C

I – DOS FATOS

O edital do Pregão Eletrônico SRP nº 162/2026, promovido pelo DERACRE, possui como objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviços de limpeza, capina e roçagem nos municípios do Estado do Acre.

Contudo, ao disciplinar a qualificação técnica das licitantes, o instrumento convocatório passou a exigir:

- ☐ Certidão de Acervo Técnico – CAT;
- ☐ Registro junto ao CREA/CAU;
- ☐ Responsável técnico vinculado ao CREA;
- ☐ Comprovação de execução de serviços de engenharia;
- ☐ Demais exigências típicas de obras e serviços de engenharia.

Entretanto, tais exigências mostram-se excessivas e incompatíveis com o objeto licitado, restringindo indevidamente a competitividade do certame.

II – DA NATUREZA DOS SERVIÇOS LICITADOS

Os serviços de capina, roçagem, limpeza manual e mecanizada de áreas públicas constituem atividades operacionais e de manutenção simples, não caracterizadas como obras ou serviços de engenharia.

Trata-se de atividade predominantemente braçal e operacional, que não demanda elaboração de projetos, cálculos estruturais, estudos técnicos complexos ou qualquer atividade privativa de engenheiro.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas e o entendimento consolidado em licitações públicas reconhecem que serviços comuns de limpeza, conservação, capina e roçagem não justificam exigências relacionadas ao CREA ou acervo técnico de engenharia, salvo quando houver efetiva demonstração técnica da complexidade da atividade, o que não ocorre no presente caso.

III – DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

A exigência de registro no CREA/CAU e de Certidão de Acervo Técnico – CAT para execução de serviços comuns de roçagem e capina afronta diretamente os princípios da:

- ☐ competitividade;
- ☐ razoabilidade;
- ☐ proporcionalidade;
- ☐ isonomia;
- ☐ seleção da proposta mais vantajosa.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as exigências de qualificação técnica devem ser estritamente necessárias à garantia do cumprimento das obrigações contratuais.

No presente caso, a Administração impôs exigências típicas de engenharia para contratação de serviços operacionais comuns, reduzindo injustificadamente o universo de participantes.

Tal exigência acaba direcionando o certame apenas para empresas registradas em conselho profissional de engenharia, ainda que inúmeras empresas plenamente aptas à execução do objeto não possuam tal registro por não desenvolverem atividades privativas de engenharia.

IV – DA AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL ESPECÍFICA

A Lei nº 5.194/1966 disciplina as atividades privativas dos profissionais vinculados ao CREA.

Todavia, serviços de:

- ☐ capina;
- ☐ roçagem;
- ☐ limpeza de áreas;
- ☐ conservação simples;
- ☐ retirada de vegetação rasteira;
- ☐ limpeza manual e mecanizada;

não configuram atividade técnica privativa de engenheiro.

Assim, inexiste fundamento legal para exigir:

- ☐ registro da empresa junto ao CREA;
- ☐ responsável técnico engenheiro;
- ☐ CAT – Certidão de Acervo Técnico;
- ☐ acervo técnico operacional de engenharia.

A manutenção dessas exigências viola o caráter competitivo do procedimento licitatório.

V – DO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS

Os Tribunais de Contas possuem entendimento consolidado no sentido de que a Administração Pública não pode exigir registro em conselho profissional quando o objeto licitado não envolver atividade técnica privativa da respectiva categoria.

Da mesma forma, o Tribunal de Contas da União entende que exigências de qualificação técnica devem guardar estrita pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado.

No presente caso, os serviços pretendidos possuem natureza comum e operacional, não havendo justificativa técnica suficiente para enquadrá-los como serviços de engenharia.

VI – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. O recebimento e processamento da presente impugnação;
2. A retificação do edital para:
 - ☐ excluir a exigência de registro junto ao CREA/CAU;
 - ☐ excluir a exigência de Certidão de Acervo Técnico – CAT;
 - ☐ excluir a exigência de responsável técnico engenheiro;
 - ☐ excluir quaisquer exigências típicas de serviços de engenharia incompatíveis com o objeto licitado;
3. A adequação das exigências de qualificação técnica apenas aos requisitos efetivamente necessários para comprovação da capacidade operacional das licitantes;
4. A republicação do edital, com reabertura dos prazos legais, caso haja alteração substancial das condições de habilitação.

1.3.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (DERACRE)

I – DA ADMISSIBILIDADE

Trata-se de pedido de impugnação apresentado questionando as exigências de qualificação técnica previstas no edital, notadamente aquelas relativas à exigência de registro em conselho profissional, indicação de responsável técnico e apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT.

II – DA DELIMITAÇÃO DA CONTROVÉRSIA

A controvérsia cinge-se à suposta inadequação das exigências de qualificação técnica, sob o argumento de que os serviços licitados (capina, roçagem e limpeza) teriam natureza meramente operacional, não caracterizando serviços de engenharia.

Todavia, a análise isolada das atividades descritas não é suficiente para caracterizar a natureza jurídica do objeto, devendo ser considerado o conjunto das condições de execução contratual.

III – DA NATUREZA DO OBJETO – MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA VIÁRIA

O objeto da contratação consiste na execução de serviços continuados de manutenção de infraestrutura viária em rodovias estaduais, compreendendo intervenções de capina, roçagem e limpeza, realizadas: em faixas de domínio de rodovias públicas estaduais, em ambientes sujeitos a tráfego de veículos e riscos operacionais, de forma descentralizada, em múltiplas regionais do Estado, sob regime de execução sob demanda, com ordens de serviço variáveis, em larga escala territorial e quantitativa.

Dessa forma, não se trata de atividade isolada de limpeza urbana ou serviço simples de conservação predial, mas de conjunto de ações inseridas no contexto da manutenção da funcionalidade, segurança e durabilidade da infraestrutura viária.

A execução desses serviços impacta diretamente: a visibilidade e segurança do tráfego, a integridade da faixa de domínio, a drenagem superficial e a conservação do leito estradal, a prevenção de acidentes e degradação da via.

IV – DA NECESSIDADE DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Ainda que determinadas atividades operacionais possam, isoladamente, não demandar atuação técnica especializada, a execução integrada e sistemática do objeto, em ambiente rodoviário, exige: planejamento operacional, definição de métodos executivos adequados, controle de qualidade dos serviços, gestão de riscos operacionais, observância de normas técnicas e de segurança.

Nesse contexto, mostra-se necessária a vinculação de responsável técnico habilitado, inclusive para fins de supervisão técnica das atividades, definição de procedimentos executivos, garantia da conformidade com normas aplicáveis, eventual emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), quando cabível.

Tal exigência não decorre da complexidade individual de cada tarefa, mas da complexidade sistêmica da execução contratual.

V – DA ADEQUAÇÃO E PROPORCIONALIDADE DAS EXIGÊNCIAS

Nos termos da, a Administração deve exigir qualificação técnica estritamente necessária à garantia do cumprimento das obrigações contratuais. No presente caso, as exigências de:

- a) registro da empresa em conselho profissional competente;
- b) indicação de responsável técnico;
- c) apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT compatível com o objeto;

atendem aos critérios de:

- d) pertinência: por estarem diretamente relacionadas à execução em ambiente de infraestrutura viária;
- e) proporcionalidade: por não excederem o necessário à comprovação da capacidade técnica;
- f) razoabilidade: diante da escala, riscos e abrangência territorial da contratação.

Importante destacar que não se exige qualificação técnica superior ou desproporcional, mas apenas comprovação mínima de experiência em serviços de características semelhantes.

VI – DA COMPATIBILIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de que:

- g) a Administração pode exigir qualificação técnica compatível com o objeto;
- h) é vedada apenas a exigência desarrazoada ou sem justificativa técnica;
- i) deve-se considerar o contexto global da contratação, e não apenas a descrição simplificada das atividades.

No caso concreto, a exigência está devidamente motivada pelas características operacionais e pelos riscos inerentes à execução em rodovias estaduais, não se configurando restrição indevida à competitividade.

VII – DA INEXISTÊNCIA DE RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

A exigência de qualificação técnica não tem por finalidade restringir a competitividade, mas assegurar que a futura contratada possua condições reais de executar o objeto com segurança e eficiência.

Empresas que atuam regularmente na manutenção de infraestrutura viária, ainda que em atividades de capina e roçagem, usualmente dispõem de estrutura técnica compatível, incluindo responsável técnico e acervo técnico pertinente.

Admitir a participação de empresas sem qualquer comprovação técnica mínima implicaria risco concreto à execução contratual, em afronta ao interesse público.

VIII – DA DECISÃO

Ante o exposto, decide-se pelo INDEFERIMENTO do pedido de impugnação, mantendo-se integralmente as disposições do edital.

1.4. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO - EMPRESA D

Trata-se de pedido de impugnação apresentado por licitante que questiona as disposições editalícias relativas à participação de cooperativas no certame, sustentando suposta restrição indevida à competitividade.

1.4.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (DERACRE)

DO MÉRITO

A impugnante sustenta, em síntese, que a vedação à participação de cooperativas em determinadas condições afrontaria a legislação cooperativista e a jurisprudência pátria, especialmente em razão do disposto na, segundo a qual as cooperativas podem exercer qualquer gênero de serviço previsto em seu objeto social.

Todavia, a interpretação apresentada pela impugnante não merece prosperar.

Inicialmente, cumpre destacar que o edital não promove vedação genérica ou absoluta à participação de cooperativas, tampouco impede a atuação regular de sociedades cooperativas em procedimentos licitatórios.

As disposições editalícias limitam-se a observar os parâmetros legais e jurisprudenciais que vedam a utilização de cooperativas para mera intermediação de mão de obra subordinada, hipótese expressamente proibida pelo art. 5º da.

Nos termos do referido dispositivo legal:

“A Cooperativa de Trabalho não pode ser utilizada para intermediação de mão de obra subordinada.”

Além disso, o art. 4º, inciso II, da mesma norma estabelece que as cooperativas devem observar os princípios da autonomia e autogestão dos cooperados, incompatíveis com relações típicas de subordinação jurídica.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União consolidou entendimento no sentido de que a participação de cooperativas é admissível apenas quando o modelo de execução contratual não demandar subordinação, habitualidade, pessoalidade e controle direto da força de trabalho pela Administração ou pela própria cooperativa.

A propósito, a Súmula nº 281 do TCU dispõe:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado.”

No mesmo sentido, a jurisprudência do TCU reconhece que a análise da admissibilidade da cooperativa deve considerar o regime efetivo de execução do objeto contratual, especialmente quanto à existência de:

- jornada fixa;
- controle de frequência;
- pessoalidade;
- hierarquia operacional;
- supervisão contínua;
- execução mediante postos de trabalho.

Tais características revelam incompatibilidade com o modelo cooperativista autêntico, por configurarem verdadeira intermediação de mão de obra subordinada.

No caso concreto, o objeto licitado envolve execução continuada de serviços operacionais em regime organizado, com necessidade de coordenação permanente de equipes, controle operacional, cumprimento de ordens de serviço, padronização executiva e observância de rotinas administrativas e operacionais definidas pela Administração.

Assim, eventual participação de cooperativa somente seria admissível caso demonstrada, concretamente, a inexistência de subordinação jurídica e a efetiva autonomia dos cooperados, em conformidade com os arts. 2º, 4º, 5º e 10 da.

Importante destacar que a própria legislação cooperativista não assegura participação irrestrita das cooperativas em qualquer contratação pública, mas condiciona sua atuação ao respeito às características próprias do regime cooperativista legítimo, especialmente à ausência de subordinação.

Portanto, não há ilegalidade nas disposições editalícias impugnadas, mas mero exercício do dever de cautela da Administração Pública, voltado à prevenção de fraudes trabalhistas, responsabilização subsidiária do ente público e desvirtuamento do modelo cooperativista.

DA JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEL

A jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas é firme no sentido de que:

cooperativas podem participar de licitações, desde que não atuem como mera intermediadora de mão de obra subordinada;

a Administração Pública possui competência para restringir a participação quando o objeto contratual revelar incompatibilidade prática com o regime cooperativista; a vedação não decorre da natureza jurídica da cooperativa, mas do modelo concreto de execução do objeto.

Nesse sentido:

Súmula nº 281 do TCU;
Acórdãos TCU nº 975/2005, 1.789/2012 e 610/2021-Plenário;
entendimento consolidado do STJ quanto à impossibilidade de utilização de cooperativas para intermediação de mão de obra subordinada.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que:

o edital não promove vedação genérica à participação de cooperativas;
as disposições impugnadas observam integralmente a legislação vigente e a jurisprudência consolidada do TCU;
a Administração Pública possui o dever de evitar contratações incompatíveis com o regime jurídico das cooperativas de trabalho;
inexiste restrição indevida à competitividade.

DECISÃO

Ante o exposto, decide-se pelo INDEFERIMENTO do pedido de impugnação, mantendo-se integralmente as disposições do edital.

1.5. PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO - EMPRESA E

SÍNTESE DO VÍCIO IMPUGNADO

A presente impugnação não questiona a necessidade administrativa de contratação dos serviços de capina, roçagem e limpeza mecanizada/manual. Também não pretende afastar a possibilidade de a Administração exigir comprovação mínima de experiência anterior. O vício está no excesso da habilitação técnica. O próprio Termo de Referência afirma que o objeto é serviço comum, de natureza operacional e rotineira, cujos padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, acrescentando expressamente que tais serviços não emendam elaboração de projeto de engenharia nem atuação técnica privativa de profissional legalmente habilitado na área de engenharia.

Apesar disso, o Edital exige, como condição de habilitação, registro ou inscrição da empresa e de profissionais perante entidade profissional competente, além de 01 engenheiro civil, 01 engenheiro de segurança do trabalho, CAT, acervo técnico, atestados certificados por conselho profissional e comprovação de execução anterior de obra ou serviço de engenharia.

A contradição é objetiva: para definir a natureza do objeto, a Administração afirma que se trata de serviço comum, operacional, rotineiro e sem engenharia privativa; porém, para habilitar os licitantes, trata o mesmo objeto como se fosse obra ou serviço complexo de engenharia. Essa incongruência restringe a competitividade, eleva artificialmente a barreira de participação e compromete a seleção da proposta mais vantajosa.

DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE ENGENHEIRO CIVIL E ENGENHEIRO DE SEGURANÇA COMO BARREIRA DE HABILITAÇÃO

A exigência de engenheiro civil como condição de habilitação não se mostra proporcional ao objeto licitado. Os serviços de capina, roçagem e limpeza mecanizada/manual não envolvem elaboração de projeto executivo, cálculo estrutural, edificação, pavimentação, drenagem, fundação, contenção ou qualquer núcleo técnico que, por sua própria natureza, exija atuação privativa de engenheiro civil.

A execução adequada do objeto depende de equipe operacional, equipamentos compatíveis, organização logística, encarregado, preposto, EPIs, cumprimento das normas de segurança e fiscalização por medição. Esses requisitos podem ser exigidos proporcionalmente. O que não se justifica é impor engenheiro civil como requisito de habilitação quando o próprio Termo de Referência declara que o serviço não demanda atuação técnica privativa de engenharia.

O mesmo raciocínio se aplica ao engenheiro de segurança do trabalho. A segurança ocupacional deve ser preservada com rigor, mas isso pode ser assegurado por meio de EPIs, treinamentos, cumprimento das Normas Regulamentadoras aplicáveis, programas de saúde e segurança quando cabíveis, supervisão operacional e acompanhamento por técnico de segurança do trabalho ou profissional equivalente, conforme a necessidade concreta da execução. Tanto é assim que o próprio orçamento referencial contempla técnico em segurança do trabalho, enquanto o Edital exige engenheiro de segurança, gerando descompasso entre a formação do custo e a exigência de habilitação.

A Administração pode exigir segurança, controle, supervisão e capacidade operacional. Não pode, contudo, transformar serviço comum e rotineiro em serviço de engenharia complexa apenas para fins de habilitação.

DO EXCESSO NA EXIGÊNCIA DE CAT, ACERVO TÉCNICO E REGISTRO EM CONSELHO PROFISSIONAL

O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 admite exigências de qualificação técnica, inclusive registro em conselho profissional, indicação de profissional habilitado e certidões ou atestados emitidos por entidade profissional competente, quando for o caso. Essa expressão legal é decisiva: tais exigências não são automáticas, mas dependem da natureza do objeto e da efetiva necessidade técnica.

No presente caso, a Administração reconheceu, em seu próprio Termo de Referência, que os serviços são comuns, operacionais e rotineiros, sem necessidade de projeto de engenharia e sem atuação técnica privativa de profissional de engenharia. Portanto, não se mostra proporcional exigir CAT, acervo técnico e certificação por conselho profissional como condição obrigatória de habilitação.

Para o objeto licitado, a comprovação adequada e suficiente deve ser admitida por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes a serviços similares ou compatíveis de capina, roçagem, limpeza mecanizada/manual, limpeza de terrenos, conservação de áreas públicas, manutenção de vias, conservação de áreas verdes, remoção de vegetação rasteira ou serviços operacionais equivalentes.

A exigência de CAT e acervo técnico certificado por conselho profissional, sem demonstração de que o objeto exige atividade privativa de engenharia, afasta empresas operacionalmente aptas e favorece indevidamente empresas que formalizaram atividades simples como acervo de engenharia, ainda que outras possuam plena capacidade de execução.

DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS E DA NECESSIDADE DE PROPORCIONALIDADE

A Administração pode exigir quantitativos mínimos para comprovação de capacidade técnicooperacional, mas essa exigência deve guardar relação direta com as parcelas de maior relevância, o valor significativo e a complexidade real do objeto.

A Súmula 263 do Tribunal de Contas da União estabelece que a exigência de quantitativos mínimos é legítima apenas quando limitada às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, devendo guardar proporção com a dimensão e a complexidade do serviço a ser executado.

No presente certame, os quantitativos mínimos foram associados a serviços de baixa complexidade técnica, repetitivos, divisíveis, padronizáveis e mensuráveis por metro quadrado. O problema não está apenas no número exigido, mas na combinação desse quantitativo com exigência de engenheiro civil, engenheiro de segurança, CAT, acervo técnico e certificação por conselho profissional.

O percentual legal máximo não é autorização automática. Mesmo que os quantitativos estejam dentro de patamar formalmente admitido, a Administração precisa justificar por que, para serviço comum, operacional e rotineiro, seria indispensável exigir acervo técnico formal de engenharia. Sem essa justificativa, a exigência passa a restringir a competitividade sem ganho efetivo de segurança contratual.

DA NECESSIDADE DE ADMITIR SOMATÓRIO DE ATESTADOS E EXPERIÊNCIAS SIMILARES

Os serviços licitados são repetitivos, divisíveis e executáveis por frentes de trabalho, conforme ordens de serviço. Nessa hipótese, a experiência operacional pode ser comprovada por somatório de atestados, desde que demonstrada a compatibilidade com o objeto.

O Tribunal de Contas da União tem entendimento firme de que a vedação ao somatório de atestados somente se justifica quando o aumento de quantitativos acarretar, de forma incontestável, aumento da complexidade técnica do objeto ou desproporção entre quantidades e prazos de execução, capaz de exigir maior capacidade operativa e gerencial da licitante, devendo essa restrição ser técnica e detalhadamente justificada no processo administrativo. Esse entendimento está presente, entre outros, nos Acórdãos nº 1.153/2024-Plenário e nº 1.466/2025-Plenário.

Aplicando-se esse entendimento ao caso concreto, deve ser admitido o somatório de atestados e o aproveitamento de experiências com nomenclaturas equivalentes, desde que comprovem execução de serviços similares de limpeza, conservação, capina, roçagem, manutenção de áreas públicas, limpeza de terrenos, remoção de vegetação rasteira ou atividades operacionais

compatíveis.

A exigência de identidade absoluta da nomenclatura, de atestado único ou de acervo técnico formal de engenharia para serviço operacional comum viola a competitividade e impõe barreira superior à necessidade real da contratação.

DA MINUTA CONTRATUAL COM OBRIGAÇÕES TÍPICAS DE OBRA

A minuta contratual reforça a inconsistência do certame ao inserir obrigações típicas de obra de engenharia em contratação cujo objeto é capina, roçagem e limpeza mecanizada/manual.

O instrumento contratual menciona obras e serviços concluídos e acabados, licenciamento de obras, projetos complementares, ART, alvará de construção, carta de habite-se, canteiro de obras, matrícula individual da obra no CREA, entrega de “as built”, instalações definitivas de luz, força, água, esgoto, telefone e combate a incêndio, projetos arquitetônicos e complementares, materiais incorporados à obra e livro diário de obra mantido por engenheiro.

Essas previsões são incompatíveis com o objeto licitado. Não se trata de edificação, reforma, construção, obra a ser entregue, habite-se, projeto arquitetônico, instalações definitivas, canteiro de construção civil, material incorporado à obra ou matrícula individual de obra. Trata-se de prestação operacional sob demanda, medida por quantidades efetivamente executadas.

A manutenção dessas cláusulas gera insegurança jurídica e permite exigências indevidas durante a execução, inclusive glosas, atrasos de pagamento e condicionamentos documentais incompatíveis com a natureza do serviço. Por isso, a minuta contratual deve ser ajustada ao objeto real da contratação.

DA RESTRIÇÃO INDEVIDA À COMPETITIVIDADE

A soma das exigências impugnadas reduz artificialmente o universo de competidores. Empresas com capacidade operacional real para executar capina, roçagem, limpeza de terrenos, conservação de áreas públicas e serviços similares podem ser afastadas por não possuírem engenheiro civil, engenheiro de segurança, CAT ou acervo técnico registrado em conselho profissional, embora o próprio objeto não demande engenharia privativa.

A licitação deve selecionar a proposta mais vantajosa, e não restringir previamente o mercado a empresas com estrutura formal de engenharia para executar serviço comum e rotineiro.

A Administração pode exigir experiência anterior, capacidade operacional, equipamentos, equipe, EPIS, preposto, encarregado, cumprimento das normas de segurança e fiscalização por produção efetiva. O que não pode é impor regime de obra ou serviço complexo de engenharia a objeto que ela própria descreveu como comum, operacional, rotineiro e sem engenharia privativa.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se o recebimento e processamento da presente impugnação, por ser tempestiva, com a suspensão da sessão pública, se necessária, para correção dos vícios apontados.

Requer-se a retificação do Edital para excluir a exigência obrigatória de registro da empresa e dos profissionais em conselho profissional, salvo se a Administração demonstrar, de forma técnica, específica e motivada, qual parcela do objeto exige atividade privativa de engenharia.

Requer-se a exclusão da exigência de engenheiro civil como condição de habilitação, por incompatibilidade com serviço comum, operacional, rotineiro e sem engenharia privativa.

Requer-se a exclusão da exigência obrigatória de engenheiro de segurança do trabalho como condição de habilitação ou, subsidiariamente, sua substituição por técnico de segurança do trabalho ou profissional equivalente, preservadas as obrigações legais de segurança ocupacional compatíveis com o objeto.

Requer-se a exclusão da exigência obrigatória de CAT e/ou acervo técnico certificado por conselho profissional para os serviços de capina, roçagem e limpeza mecanizada/manual, admitindo-se a comprovação da capacidade técnica por atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, relativos a serviços similares ou compatíveis.

Requer-se a admissão expressa do somatório de atestados e de atestados com nomenclaturas equivalentes, desde que demonstrem experiência compatível com o objeto licitado.

Requer-se a revisão dos quantitativos mínimos exigidos ou, ao menos, a apresentação de motivação técnica específica que demonstre sua necessidade e proporcionalidade diante da baixa complexidade técnica do objeto.

Requer-se a correção da minuta contratual, com retirada das obrigações típicas de obra de engenharia que não guardam pertinência com capina, roçagem e limpeza mecanizada/manual, especialmente aquelas relativas a alvará de construção, carta de habite-se, projetos, canteiro de obras, “as built”, matrícula de obra, instalações definitivas, material incorporado à obra e diário de obra.

Requer-se que as regras de medição e pagamento sejam ajustadas para deixar expresso que ART, CNO, licenças, laudos e documentos técnicos específicos somente serão exigidos quando legalmente obrigatórios ou tecnicamente compatíveis com a Ordem de Serviço efetivamente executada.

Por fim, caso acolhida a presente impugnação com alteração das condições de habilitação, formulação das propostas, execução, medição ou pagamento, requer-se a republicação do Edital, com reabertura do prazo legal, preservando-se a isonomia, a publicidade e a ampla competitividade.

1.5.1. RESPOSTA DO ÓRGÃO DEMANDANTE (DERACRE)

I – RELATÓRIO

Trata-se de pedido de impugnação ao edital, no qual a impugnante alega, em síntese, a existência de vício decorrente de suposto excesso nas exigências de qualificação técnica, notadamente quanto à exigência de registro em conselho profissional, indicação de engenheiro civil e engenheiro de segurança do trabalho, bem como apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT e demais requisitos correlatos.

Sustenta, ainda, a existência de contradição entre a caracterização do objeto como serviço comum, de natureza operacional e rotineira, e a imposição de exigências típicas de serviços de engenharia, o que, em seu entendimento, configuraria restrição indevida à competitividade.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – DA NATUREZA DO OBJETO E DO REGIME JURÍDICO APLICÁVEL

Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da, considera-se serviço comum aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, mediante especificações usuais de mercado.

De fato, o objeto em análise enquadra-se como serviço comum, razão pela qual foi adequadamente adotada a modalidade pregão.

Todavia, a classificação do objeto como serviço comum não implica, por si só, a vedação à exigência de qualificação técnica, tampouco afasta a possibilidade de a Administração estabelecer requisitos destinados a assegurar a adequada execução contratual.

Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, inclusive mediante indicação de profissional devidamente habilitado, quando necessário.

II.2 – DA INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO

Não procede a alegação de contradição entre a natureza do objeto e as exigências de habilitação.

A distinção que se impõe é entre ausência de necessidade de projeto ou atividade técnica privativa de engenharia; e necessidade de suporte técnico e responsabilidade pela execução em ambiente operacional complexo.

O objeto licitado, embora não configure obra ou serviço técnico especializado de engenharia, insere-se no contexto da manutenção de infraestrutura viária, sendo executado:

Em faixas de domínio de rodovias estaduais;

Sob condições de tráfego ativo;

Com impacto direto na segurança viária;

Em larga escala territorial e sob regime de execução descentralizada.

Tais características conferem ao objeto complexidade operacional relevante, que transcende a simples execução de atividades isoladas de capina ou limpeza.

II.3 – DA LEGITIMIDADE DA EXIGÊNCIA DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A exigência de profissional habilitado não decorre da complexidade individual das tarefas, mas da necessidade de assegurar:

Planejamento e coordenação das frentes de trabalho;

Padronização dos métodos executivos;
Controle de qualidade;
Mitigação de riscos operacionais, especialmente quanto à segurança do tráfego.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica no sentido de que a exigência de responsável técnico é legítima quando vinculada à garantia da adequada execução do objeto, não se restringindo a obras de engenharia, desde que observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

II.4 – DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO EM CONSELHO E ACERVO TÉCNICO

O art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando pertinente ao objeto.

No caso concreto, a exigência de registro, bem como de apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, não decorre de presunção de complexidade técnica elevada, mas da necessidade de comprovação de experiência anterior em serviços executados em condições similares, notadamente em ambiente de infraestrutura viária.

A exigência mostra-se, portanto:

Pertinente, por guardar relação direta com o objeto;

Proporcional, por não exceder o necessário à comprovação da capacidade técnica;

Razoável, diante dos riscos envolvidos na execução.

II.5 – DO ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

No que tange à exigência de engenheiro de segurança do trabalho, cumpre destacar que a Administração possui o dever de zelar pela integridade física dos trabalhadores e pela segurança das operações, nos termos da legislação trabalhista e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

A exigência de profissional com formação superior em segurança do trabalho insere-se no contexto de gestão de riscos em ambiente de rodovia, caracterizado por exposição a tráfego, operação de máquinas e execução simultânea de frentes de serviço.

Todavia, reconhece-se que a forma de atendimento a tais exigências pode ser ajustada à realidade do objeto, desde que não haja comprometimento da segurança ocupacional.

II.6 – DOS ATESTADOS E DO SOMATÓRIO

Em consonância com a jurisprudência do TCU, admite-se a comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados que demonstrem execução de serviços similares, podendo ser considerado o somatório, desde que não haja prejuízo à avaliação da capacidade de execução.

Tal entendimento encontra respaldo, dentre outros, nos Acórdãos nº 1.153/2024-Plenário e nº 1.466/2025-Plenário.

II.7 – DA MINUTA CONTRATUAL

No que se refere às disposições contratuais apontadas pela impugnante, verifica-se a necessidade de ajustes pontuais para adequação terminológica e alinhamento à natureza do objeto, de modo a afastar referências típicas de obras de engenharia que não guardam pertinência com os serviços contratados.

Ressalte-se, contudo, que tais ajustes possuem caráter meramente formal, não implicando alteração do núcleo das obrigações contratuais nem das condições de habilitação.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que:

Não há ilegalidade nas exigências de qualificação técnica estabelecidas;

Tais exigências encontram respaldo no art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

A natureza do objeto justifica a adoção de requisitos mínimos de capacidade técnica;

Eventuais inconsistências redacionais podem ser sanadas sem prejuízo da licitação.

IV – DECISÃO

Ante o exposto, decide-se pelo INDEFERIMENTO PARCIAL do pedido de impugnação, mantendo-se as exigências de qualificação técnica previstas no edital, com a realização de ajustes pontuais na redação do instrumento convocatório e da minuta contratual, para melhor adequação à natureza do objeto.

Respondido por:
Josias de Souza Silva
Engenheiro Civil

2. RETIFICAÇÃO:

2.1. O Departamento de Estradas de Rodagem Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - DERACRE, em razão da necessidade de retificação, disponibilizou novo anexo, contendo:

- **Novo Termo de Referência (Anexo I do Edital)**, será disponibilizado como anexo a esta notificação e retificação no site <http://www.licitacao.ac.gov.br/> / <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.2. No subitem 11.3.3, alínea c.1) do Edital, passará a conter a seguinte redação:

c.1) Para os consórcios, deverá ser comprovado o valor descrito no subitem acima, com acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual, perfazendo assim o valor a ser comprovado de 5,5% (cinco e meio por cento) do patrimônio líquido.

2.3. No subitem 11.3.4, alínea c.2) do Edital,

Onde se lê:

Lote 1			
ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	20.000,00
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	80.000,00
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	100.000,00

Lote 2			
ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	75.000,00
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	350.000,00
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	200.000,00

Lote 3

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	4.500,00
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	15.000,00
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	20.000,00

Lote 4

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	9.000,00
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	35.000,00
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	45.000,00

Leia-se:

Lote 1

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	8.108,40
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	32.433,60
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	56.758,80

Lote 2

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	35.671,20
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	142.684,80
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	249.698,40

Lote 3

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	1.908,00
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	7.632,00
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	13.356,00

Lote 4

ITEM	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Campina manual	m²	3.816,00
02	Limpeza mecanizada da camada vegetal	m²	15.264,00
03	Limpeza manual de terreno com vegetação rasteira, incluindo roçagem	m²	26.712,00

2.4. No preâmbulo do edital, a data e hora da abertura da licitação, passará a conter a seguinte redação:

Data e hora da abertura da licitação: **10/06/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**

2.5. As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.

Rio Branco - AC, 22 de maio de 2026

Richard Brandão Mendes
Departamento de Licitações de Obras e Serviços de Natureza Especial - DEORB
Departamento de Pregões - DEPRE
Portaria SEAD nº. 211 de 11/03/2024



Documento assinado eletronicamente por **RICHARD BRANDÃO MENDES, Chefe de Departamento**, em 22/05/2026, às 13:24, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020983875** e o código CRC **09A7D45A**.